

O PLÁGIO NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: Percepções Discentes

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros¹
Dulcilene Leite de Amorim Morais²
Maria Isabel Fernandes Costa³
Silene Oliveira de Souza Patrício⁴

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho analisar a percepção dos discentes do ensino profissionalizante sobre a utilização de plágio nas atividades escolares. A educação profissional tem um papel fundamental na formação do cidadão crítico e reflexivo, que necessita ser capazes de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, visando manter a sua empregabilidade e assegurando uma qualidade de vida no mundo contemporâneo. Para tanto, é necessário ao perfil profissional a busca constante de aperfeiçoamento, tendo em vista desenvolver habilidades para o saber fazer, o ser e conviver. A escolha de atividades de aprendizagens que permitam a produção de textos de forma correta se faz necessária no ensino profissionalizante. A metodologia utilizada foi de pesquisa qualitativa com alunos da turma de Aprendizagem em Serviços de Supermercados de uma escola de educação profissional no município de Mossoró. Os discentes que responderam à pesquisa são de faixa etária entre quatorze e dezenove anos, oriundos de escolas públicas e privadas. E por fim, com base na pesquisa realizada é possível perceber que no nosso ordenamento educacional o plágio é constantemente utilizado de forma indiscriminada, porém pela falta de conhecimento ou até mesmo a falta de punição, este mais incitado a resolver o problema do uso indiscriminado de plágio, através das normas e até mesmo do próprio conhecimento em salas de aula.

Palavras chave: Formação, Educação Profissional, Docentes, Atividades Escolares.

INTRODUÇÃO

Atualmente a disseminação de conhecimentos está muito acessível, podendo ocorrer de diversas formas, através de publicações em livros, sites científicos, revistas entre outros. Contudo isso facilita a ocorrência de uma apropriação ou expropriação de direitos intelectuais de outrem, sendo denominada de plágio, que é considerada uma violação grave.

Nesse sentido o presente texto tem como foco a análise do conhecimento, entendimento e atitudes realizadas pelos discentes da educação profissionalizante sobre o tema plágio, embora percebe que os alunos que não estudam assuntos relacionados

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla UERN, UFERSA, IFRN. E-mail: risalvaferreira@hotmail.com;

² Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla UERN, UFERSA, IFRN. E-mail: lenaamori@gmail.com;

³ Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla UERN, UFERSA, IFRN. E-mail: isabelwellton@gmail.com;

⁴ Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla UERN, UFERSA, IFRN. E-mail: sileneosp@hotmail.com.

diretamente ao plágio, ou estejam cursando níveis de pós-graduação, em sua maioria possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto, essa identificação dos dados vem evidenciar e fortalecer a necessidade de ações direcionadas para essa temática.

Esse estudo nos coloca diante de uma realidade que se relaciona com outros aspectos da formação dos nossos estudantes, como o não desenvolvimento do hábito da leitura por exemplo, reforçando a conscientização da introdução de posturas que fortaleçam a ação docente e consequentemente reflita em melhores resultados na educação.

A pesquisa utilizada foi de abordagem qualitativa com o objetivo de analisar o conhecimento de alunos do ensino profissionalizante de uma instituição privada do município de Mossoró-RN, sobre plágio. Os questionamentos realizados buscam fazer o aluno refletir sua trajetória escolar e identificar se em algum momento já se deparou com o tema plágio, se entende as consequências geradas por ações mal direcionadas, e também traz para a discussão a necessidade da utilização de boas práticas na produção de pesquisas e textos.

O texto se estrutura da seguinte forma: no primeiro momento é relatado conceitos sobre autor, ética e plágio, permitindo uma revisão dos conceitos e entendimento dos mesmos; no segundo momento aborda a educação profissional, reforçando sua importância e situando o leitor no universo pesquisado; em seguida apresenta a análise das respostas da pesquisa realizada com os discentes, observando o nível de conhecimento dos pesquisados e a ocorrência ou inexistência de plágio em algum momento de sua vida estudantil.

DESENVOLVIMENTO

Autor e Ética

Desde cedo temos contato com textos, livros, poesias, que nos ajudam a aprender novas coisas, que nos divertem e encantam. Esse mundo literário se faz necessário para nos guiar no caminho do conhecimento em seus diversos níveis, pois junto com outras ferramentas possibilitam aos aprendizes terem contato com informações relevantes ao processo de aprendizagem.

Esses textos estão disponíveis em livros, internet, impressos diversos, em algum dispositivo eletrônico, ou até mesmo como ideia, ou seja, só na mente de alguém. Independentemente de onde ele se apresente ele foi pensado e estruturado por alguém. Esse alguém é o autor.

Na procura do entendimento do conceito de autoria, encontramos nomes importantes para essa discussão como Roland Barthes, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin, que em suas obras discutiram amplamente sobre o tema.

Para Foucault (1992):

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (FOUCAULT, 1992, p.56-57).

Esse autor é a pessoa responsável por refletir sobre quaisquer assuntos e traduzir os resultados dessas reflexões e percepções de forma inteligível, colocando muitas vezes em um livro ou outro meio possível para que outras pessoas tenham acesso.

Segundo Barthes (1988):

Um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito. (BARTHES, 1988, p. 70).

Diante desse argumento, não existe nenhum texto original, e todo texto é um conjunto de citações de outras obras lidas pelo o autor, e este só existe em razão da obra. No momento que surge o leitor, acontece a morte do autor.

A marca do autor-criador revela-se no que o sujeito produz e na forma como ele organiza sua fala e escrita num dado contexto. Seu texto vai sempre se constituir da tensão com outras vozes sociais.

De acordo com Orlandi (2001):

Para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo que se remete à sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor. Isto é, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica (ORLANDI, 2001, p. 78-79).

Os diferentes autores podem representar lugares sociais também diferentes, embora, em muitos casos, a relação de identificação se constrói pela escrita, justamente, porque há uma relação de identificação anterior, que é da ordem do sócio histórico e ideológico.

Nos termos de Bakhtin (2011):

O autor acentua cada particularidade da sua personagem, cada traço seu, cada acontecimento e cada ato de sua vida, os seus pensamentos e sentimentos, da mesma forma como na vida nós respondemos axiologicamente a cada manifestação daqueles que nos rodeiam. (BAKHTIN, 2011, p. 03).

O autor deve ser criativo em relação aos personagens da obra literária. Essa atividade criativa não é neutra, está relacionada aos valores morais existentes, que são marcadas pelos juízos de valor, pontos de vista. A atividade do autor é uma atividade estética. É a partir da vivência estética, do esforço para criar a imagem de uma personagem como um outro de si mesmo que poder é ressaltado.

Para Bakhtin (2011):

O autor não é o agente da vivência espiritual, e sua reação não é um sentimento passivo nem uma percepção receptiva; ele é a única energia ativa e formadora, dada não na consciência psicologicamente agregativa mas em um produto cultural de significação estável, e sua reação ativa é dada na estrutura – que ela mesma condiciona – da visão ativa da personagem como um todo, na estrutura da sua imagem, no ritmo do aparecimento, na estrutura da entoação e na escolha dos elementos semânticos. (BAKHTIN, 2011, p. 6).

O autor é um produto cultural de significação, pois permite criar personagens, suas características dando vida ao mesmo. O autor possui uma visão ativa e geral do personagem.

As autorias em alguns momentos dão força a determinadas afirmações, tem-se situações em que atribuir uma fala, ou uma proposta a determinado autor tende a fortalecer essa afirmação, pois se relaciona essa ideia ao histórico do autor, a sua imagem e a outras obras por ele já produzida.

O tema ético, precisa ser mais discutido e mais praticado, tanto na esfera educacional como nas demais áreas que formam o cidadão, pois com a presença do assunto e sua promoção tende-se a existir uma referência maior e fortalecimento de sua necessidade para a boa convivência em sociedade.

Como pontua Grinspun, 1999:

A educação faz parte deste tecido social e sua participação no contexto da sociedade é de grande relevância, não só pela formação dos indivíduos que atuam nesta sociedade, mas, e principalmente, pelo potencial criativo que ao homem está destinado no seu próprio processo de desenvolvimento (GRINSPUN, 1999, p.23).

A construção da cidadania faz parte desse processo e o conceito de ética deve ser de entendimento de todos os cidadãos para orientar a busca de uma convivência saudável que proporcione melhorias para todos. Freire (2000) comenta “(...) uma ética a serviço das gentes, de sua vocação ontológica, a do ser mais e não de uma ética estreita e malvada, como a do lucro, a do mercado”.

Sendo muitas vezes o ambiente escolar um ensaio para as ações a serem praticadas no mercado de trabalho e na vida em sociedade, é necessário que sejam mencionados e esclarecidos o conceito de ética e que nas atividades lá realizadas sejam cobradas as posturas éticas. Em especial na educação profissional, pois entende-se que o aluno cidadão, vai espelhar-se nas rotinas existentes no momento do aprendizado escolar e reproduzi-las em um momento seguinte. Comenta Vázquez (2003):

A ética parte da existência da história dos costumes morais, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de comportamentos moralmente aceitos no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como a teoria não se identifica com princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas, juntamente com a explicação de suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e no seu desenvolvimento (VÁZQUEZ, 2003, p.22).

Essa ética deve permear as ações de todos que convivem em sociedade, e nesse texto a ação ética será direcionada para a discussão de entendimento e prática do plágio pelos discentes da educação profissional.

Plágio e Tipos de Plágio

O plágio é crime, portanto falta grave em relação a ética, a lei 9.610 de fevereiro de 1998, consolida a legislação sobre direitos autorais no Brasil, em seu Art. 7º, onde mostra que são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, como os textos de obras literárias, artísticas ou científicas.

Quando se copia, se reproduz um texto completo ou em partes e não se cita a fonte, ou seja, não se relata de onde veio a informação, diz-se que está cometido o plágio.

Entendemos que ao copiar um texto de outra sem pessoa sem nenhuma referência à sua autoria, juridicamente é tratado como crime. Não é errado mencionar frases, conceitos ou ideias, se essas são importantes para a sua produção literária, só irá enriquecer a informação a ser apresentada, desde uma imagem a dados numéricos, o importante é dar os créditos a quem produziu essa informação, e, portanto, é o autor.

Quando mencionamos uma informação que não foi um pensamento, uma conclusão, um questionamento nosso, se ele foi retirado de um texto, mesmo que esse não declare o autor, não podemos nos apropriar sem mencionar de onde trouxemos, como se tivesse sido feito por nós, pois é como se estivéssemos “roubando” o pensamento de outrem.

O plágio se caracteriza com a apropriação ou expropriação de direitos intelectuais. O termo “plágio” vem do latim “plagiarius”, um abductor de “plagiare”, ou seja,

“roubar” [...]. A expropriação do texto de um outro autor e a apresentação desse texto como sendo de cunho próprio caracterizam um plágio e, segundo a Lei de Direitos Autorais, 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, é considerada violação grave à propriedade intelectual e aos direitos autorais, além de agredir frontalmente a ética e ofender a moral acadêmica (FONSECA, s.d, apud SILVA, 2008, p.2).

O plágio possui algumas variações, que vão desde a cópia idêntica, ao uma manobra onde o plagiário faz um entrelace de informações e autores na tentativa de disfarçar essa ação, por esse motivo é muito importante entender quais são, para que dessa forma possa se evitar até incidentes quando não se sabe que o que fez foi plágio.

Existe o Plágio Direto, ou palavra por palavra, onde o plagiário não se dá ao trabalho de mudar absolutamente nada, ele realiza uma transcrição idêntica, que podem vir inclusive com erros que já estavam no texto original.

Quando o redator copia na íntegra (palavra por palavra) um conteúdo (ideia, texto, imagem, códigos de programação, entre outros) de outro autor sem a indicação (citação) do mesmo e a identificação (referência) da obra. Chama-se de plágio direto porque, de acordo com a normalização vigente no Brasil, cópias literais devem ser indicadas com citação direta. Por ser uma reprodução literal da fonte original, este tipo de plágio pode acontecer por incapacidade do relator no processo de interpretação do conteúdo original, devido à falta de criatividade no processo de redação ou simplesmente desinteresse e comodismo do redator no processo de elaboração de um trabalho acadêmico que é feito pelo sistema de copiar e colar (KROKOSZ, 2012, P.40).

O plágio indireto também é muito comum, isso acontece quando, apesar de não ser uma cópia literal, é cópia, quando o escritor utiliza uma modalidade diferente, citando as ideias ou fazendo junções de pedaços de textos. Krokosz (2012) diz: “O redator usa suas próprias palavras, porém o texto que ele elabora não é original porque simplesmente diz de forma diferente o que foi consultado em uma fonte específica”. Ele reproduz a ideia e não as palavras, nesse caso é possível a identificação analisando-se o texto original. O plágio indireto pode aparecer como paráfrase, elaboração de mosaico ou no uso de expressões criadas por outras pessoas.

Pode acontecer também o plágio de fontes, esse caso é interessante e requer atenção, é quando o autor copia a fonte e deixa que se considere que ele leu o texto.

Nessa modalidade de plágio, o redator produz no seu texto as citações utilizadas por um outro autor. Na forma a citação está correta e até mesmo a fonte consultada é identificada. Contudo, nesse caso, o modo como a informação foi obtida e é utilizada é que caracteriza o plágio, pois se trata de conteúdo obtido ou selecionado por outras pessoas e que é utilizado por um terceiro como se ele tivesse consultado o documento original. (KROKOSZ, 2012, P.43).

Essa modalidade é mais difícil de ser identificada, sendo necessário um conhecedor da fonte original para que seja visto alguma incoerência e então detectado o plágio.

Tem-se também o plágio Consentido ou conluio, que como o próprio nome sugere acontece com consentimento das partes. “O conluio é o tipo de acordo estabelecido com o objetivo de prejudicar terceiros (FERREIRA, 1986). No caso de trabalhos acadêmicos, esse tipo de plágio pode acontecer quando envolve “colaboração” entre amigos ou quando se trata de trabalhos comprados de escritórios especializados em pirataria intelectual”.

E por fim temos o autoplágio, onde a pessoa pode reenviar para instituições diferentes uma mesma obra, algo que ela já tenha enviado em um outro momento. Para Krokoscz (2012), “Quando um mesmo trabalho intelectual é entregue a pessoas diferentes, mas não é indicado que o conteúdo está sendo apresentado já foi utilizado em outras circunstâncias, comete-se autoplágio”.

A Educação Profissional no Brasil

A Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (2003) pressupõe que a educação profissional deve almejar o desenvolvimento econômico, cultural, social entre outros, e não apenas as necessidades de mercados e consumidores. Portanto, um dos principais objetivos da educação tecnológica consiste em permitir ao futuro profissional desenvolver uma visão social da evolução, da tecnologia, e das transformações advindas do processo de inovação e das diferentes estratégias empregadas para conciliar as imposições econômicas às condições da sociedade. Desta forma, o futuro profissional desenvolve um senso crítico em relação ao mundo, onde terá como princípios a igualdade e solidariedade.

A expansão do ensino profissionalizante surgiu então como alternativa de qualificação profissional da mão de obra, e de controle do movimento operário crescente pelas lutas em torno de suas causas. Segundo Freitas (1979, apud Mercadante, 2004, p.2), com a Constituição de 1937 o governo assumiu, pela primeira vez a responsabilidades acerca da educação profissional, criando escolas técnicas profissionalizantes destinadas às classes “menos favorecidas”, constituídas pela população vinda de classe operária.

Diante deste quadro a educação profissional recebeu influências em sua forma de ser, antes era assistencialista, tecnicista, destinada a classes menos favorecidas. Mesmo assim, diferentes concepções sobre a educação profissional existiam na época. Entretanto, prevalecia a ideia de que o ensino profissionalizante (elementar e médio) destinava-se às camadas menos favorecidas, sustentada por uma visão preconceituosa e por uma prática alienante e excludente, (RIBEIRO, 2001). Com o passar dos anos foi se modificando, a advento da tecnologia e expansão da internet trouxe novas formas de gestão do trabalho e de educação

profissional no Brasil, passam a exigir do profissional competências diversificadas, deixando de lado uma formação tecnicista e adotando uma nova postura, onde exigem do profissional um leque de competências emocionais e técnicas no desempenho de suas funções.

No Brasil a Educação Profissional regulamentada atualmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996) e pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, com objetivo, a oferta de cursos dirigidos aos estudantes e profissionais que desejam se qualificar para o mundo do trabalho, desenvolvendo competências técnicas e comportamentais para atuarem de forma satisfatório no mundo corporativo, que é competitivo e seletivo e está em constante transformação. No Brasil, a Educação Profissional hoje está sob responsabilidade dos setores público e privado e das instituições do Sistema S. oferecessem uma diversidade de curso e formam a cada ano profissionais habilitados para diversas profissões.

Esse trabalho de escrita, de formulação, de criação é muito importante para a humanidade pois permitiu registrar e apresentar conhecimentos para as gerações futuras, contribuindo diretamente para a nossa evolução.

Durante toda a trajetória educativa, esse tema deveria ser apresentado e discutido, buscando o entendimento do que é certo e o que não deve ser feito em relação ao plágio, e na educação profissional não é diferente.

No processo educativo contribui-se fortemente para a consciência ética e moral do indivíduo em toda sua amplitude.

MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa empírica sobre o conhecimento dos discentes em relação a utilização do plágio no ensino profissionalizante. Trinta e cinco discentes responderam a pesquisa, com idade entre quatorze e dezenove anos, do sexo masculino e feminino, a maioria estuda no contraturno em escolas públicas e privadas, grande parte cursa ensino médio e fundamental, uma pequena parte já concluiu o ensino médio. A prática profissionalizante do objeto da pesquisa acontece durante três dias em empresas no seguimento de supermercados, e dois dias na própria instituição no município de Mossoró-RN.

Para conseguir o objetivo principal do estudo foi realizado um questionário com dez perguntas abertas, sobre a utilização do plágio no ensino profissionalizante.

O instrumento utilizado permitiu obter informações sobre a produção textual, utilização do plágio no ensino profissionalizante. Dentre os trinta e cinco discentes que

participaram da pesquisa, vinte e cinco conseguiram conceituar de certa forma o que é plágio, mas utilizando uma linguagem dúbia, e os outros dez apresentaram conceitos distorcidos, não expondo uma interpretação que demonstrasse conhecimento adequado acerca do tempo.

Percebemos que quando se copia de sites ou outras fontes sem a devida referência acontece o plágio, isso acontece com muita frequência principalmente no ensino básico, e médio, devido a falta de informações e de formação escolar por parte dos docentes, que muitas vezes podem não ter recebido essa formação.

No segundo ponto foi questionado como acontece a produção textual dos discentes, quarenta e três por cento informaram que não utilizam nenhuma fonte de pesquisa para elaboração de um texto, relataram que escrevem de formas variadas, de acordo com seus pensamentos, ideias e conhecimentos prévios, FK, “se tiver algum tema eu me baseio nele caso não tenha eu escrevo de cabeça”. Enquanto, que cinquenta e sete por cento informa utilizar uma parte de pesquisa na internet para se fundamentar, como comentam os discentes KV e JL. “copiando texto de alguém de internet, livros e etc.”.

Ainda sobre a produção textual, foi indagado se acham correto copiar textos de outras fontes na íntegra, seis por cento consideram correto utilizar textos na íntegra de outras pessoas e noventa e quatro por cento apresentaram resposta negativa ao questionamento.

Sobre autoria de um texto, todos os discentes que responderam o questionário demonstram que tem conhecimento basilar sobre autoria, mesmo que colocado de forma elementar como cita C.L: “quando se tem criado o texto, você é o dono. Como por exemplo: uma criação de gado tem “dono”, então você o tem e só pode ser usado com uma permissão” e “R.E “... entendo que é quando uma pessoa produz algo, uma música por exemplo, em que essa música é de autoria de uma determinada pessoa”

Foi questionado sobre facilitadores e obstáculos para sua produção textual, em que a grande maioria dos entrevistados colocaram como facilitador fonte de internet, pesquisas e outras fontes e os obstáculos que eles encontraram foi em não ter o conhecimento sobre o assunto e apenas uma pessoa no universo pesquisado apresentou uma resposta de forma articulada, coerente e que demonstra alguma segurança e conhecimento prévio sobre o assunto, conforme cita A.K: “O mapa mental me ajuda bastante, vídeos e pesquisas explicativas na internet também. No entanto, as vezes deixo a desejar no português e isso é sempre um obstáculo.”

Quanto ao questionamento se os entrevistados tinham conhecimento de que o plágio é juridicamente crime e ainda se concordam, quarenta e nove por cento informaram que em algum momento, por algum professor, já havia informado sobre a questão do plágio ser

juridicamente crime e outros cinquenta e um por cento disseram nunca ter escutado falar ou não ter tido esse conhecimento através de algum professor sobre a criminalização do plágio.

Ao serem questionados de que forma eram orientados pelos professores a realizar um trabalho de pesquisa, grande parte discorreu que é orientado de forma satisfatória pelos professores de como realizar um trabalho de pesquisa, em que os professores orientam a realizar pesquisas em grandes sites, mas não utilizando-se do copiar e colar, como cita A.K. “Estudar o tema analisar diferentes perspectivas e opiniões, estudar técnicas importantes e montar minhas próprias concepções”.

Concluindo os questionamentos, foram indagados se já haviam sido penalizados por terem utilizado fontes de forma inadequada, temos que oito discentes do universo pesquisado informaram que foram penalizados de alguma forma pela utilização inadequada de outras fontes e os outros entrevistados disseram que não foram penalizados.

Percebemos que existe muita dificuldade por parte dos discentes na produção textual de forma adequada, utilizando fontes e citações de forma correta. Uma grande parte dos nossos jovens chega ao ensino profissionalizante com dificuldade de compreensão e produção de textos, a escola regular por sua vez tem uma parcela nessa deficiência. Há algumas décadas a leitura consistia no simples reconhecimento das letras, sílabas e palavras.

Os alunos do ensino profissionalizante buscam além de uma educação formal, desenvolverem habilidades para imersão no mundo corporativo. Na sua maioria, são alunos que demonstram ter baixa renda financeira, e necessidade de ingressar no mundo do trabalho por vários fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o objetivo de analisar a percepção dos discentes do ensino profissionalizante sobre a utilização de plágio nas atividades escolares, foi o fator determinante para observar a formação e desenvolvimento de um cidadão ético e crítico quanto a suas atitudes perante a sociedade. Pois, a contrafação é considerada crime tipificada no Código Penal brasileiro, sendo temos contra a lei

Logo se faz uma correlação nas diversas formas em que o plágio se apresenta, não importando que a fonte advenha de artigos da retirados da internet, de um trabalho de conclusão de curso, copiar imagens, dados, vídeos, dentre outras formas de plagio. Essa análise dos mais diferentes tipos de plagio, foi possível ser observada na pesquisa qualitativa

realizada com alunos da turma de Aprendizagem em Serviços de Supermercados de uma escola de educação profissional no município de Mossoró.

Embora, se tenha observado que o conhecimento sobre o assunto é mínimo, mas que a compreensão de conceito e das consequências punitivas que acarretam o uso discriminado de textos e ideias alheias são de conhecimentos de todos de que o ato é ilegal. Todavia, a falta de conhecimento mais profundo sobre o plágio ou até mesmo a falta dele, leva o indivíduo a cometê-lo, porém sem nenhuma intenção de que está caminhando no erro, uma vez que esse resultado pode ser entendido por vários fatores, sendo um dado muito importante a falta do hábito de leitura, até por estarmos numa região escassa de aprendizado (Nordeste) e como também é conforme identificado em pesquisas nacionais e internacionais apontando dados de retratos de leitura bastante falho e precário em nossa região, fator este que de alguma forma afeta na escrita e compreensão de como a mesma deve ser efetivamente realizada e suas normas. Um outro ponto, mas não menos importante é que o uso indiscriminado de plágio seja ocasionado também na deficiência da educação continuada por parte dos docentes.

E por fim, com base na pesquisa realizada é possível perceber que no nosso ordenamento educacional o plágio é constantemente utilizado de forma indiscriminada, porém pelo fator falta de conhecimento ou até mesmo a falta de punição este mais incitado a resolver o problema do uso indiscriminado de plágio, através das normas e até mesmo do próprio conhecimento em salas de aula, sendo aplicado conhecimento sobre a temática, bem como, a execução na prática de como não plagiar.

Portanto, buscamos mostrar um grande problema que aos poucos consegue ser notado e estudado com maior frequência, é importante pensar e refletir nas graves questões e consequências envolvendo o uso indiscriminado do plágio, que irá afetar definitivamente os estudantes que não tem o conhecimento mínimo do que seja o plágio ou que tenha o entendimento e não se abstém de utilizá-lo, tendo assim retorno positivo em sua educação.

Esse trabalho de escrita, de formulação, de criação é muito importante para a humanidade pois permitiu registrar e apresentar conhecimentos para as gerações futuras, contribuindo diretamente para a nossa evolução.

Durante toda a trajetória educativa, esse tema deveria ser apresentado e discutido, buscando o entendimento do que é certo e o que não deve ser feito em relação ao plágio, e na educação profissional não é diferente.

No processo educativo contribui-se fortemente para a consciência ética e moral do indivíduo em toda sua amplitude.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. 6.ed. Tradução do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARTHES, R. A morte do autor. In: O rumor da língua. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Sueli Mara S. Pinto. Percepções dos alunos pós-graduandos da USP sobre a ocorrência de plágio em trabalhos acadêmicos. São Paulo, dez. 2013- SIBiUSP e Pró-Reitoria de Pós-Graduação – dtsibi@usp.br

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Maria Teresa A. **Nos textos de Bakhtin e Vygotsky:** um encontro possível. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-327.

GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin. Educação tecnológica. In GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin (Org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

KROKOSZ, Marcelo. Autoria e Plágio. São Paulo: Editora Atlas S.A – 2012.

LEI Nº 9.610/98 Lei do Direito Autoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil>. Acesso em: 30 de junho 2019.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Entre o plágio e a autoria:** qual o papel da universidade? In Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 38. São Paulo: Anpel, maio/ago. 2008.

VAZ, Telma R. Duarte. **O avesso da ética:** a questão do plágio e da cópia no ciberespaço. Cadernos de Pós-Graduação – São Paulo, v.5, n.1, p.159 – 172, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** 24. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.